

O CAPITAL EM CRISE E AS RELAÇÕES SOCIAIS NA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: UM MOVIMENTO DAS MASSAS

Larissa Alves Abrahão¹

Resumo: *O poder do Estado frente à sociedade e as formas que a sociedade tem se estruturado, cada vez mais consumidoras, leva uma reflexão acerca da produção capitalista e da disseminação de uma cultura de massa consumidora. Esse ensaio vai tratar de temas que estão nitidamente intrínsecos no cotidiano atualmente. Que vão desde a necessidade do Estado atuar como garantidor dos direitos de liberdade e igualdade, passando pelo mundo do trabalho, até a auto-alienação que a sociedade vive fruto dessa disseminação exagerada da necessidade do consumo, onde o “ter” passa a ser prioridade quanto ao “ser”. O ensaio a seguir aborda o que vai ser chamado de “movimento do espetáculo” e trata da importância da mercadoria nesse processo.*

Palavras-chave: Capital. Crise. Espetáculo. Massas e sociedade

Neste movimento essencial do espetáculo – que consiste em ingerir tudo o que existe na atividade humana *em estado fluido* para depois vomitá-lo em estado coagulado, para que as coisas assumam seu valor exclusivamente pela *formulação em negativo* do valor vivido - nós reconhecemos a nossa velha e inimiga que embora pareça trivial à primeira vista é intensamente complexa e cheia de sutilezas metafísicas, a *mercadoria*. (Guy Debord- *A Sociedade do Espetáculo*)

Levando em conta que o Estado pode ser considerado uma instituição fundamental para regular as relações humanas e sociais e, conseqüentemente, para tratar do capitalismo e da sua crise, esse ensaio vai ser iniciado com uma abordagem teórica de algumas diferentes visões do papel dessa instituição para alguns filósofos clássicos e outros autores. Marx considera o Estado como um puro e simples “instrumento de domínio” (BOBBIO,164), sendo assim, o representante atua determinando regras e leis, como uma forma de organização social. Hegel afirma que “o Estado representa um momento positivo na formação do homem civil” (BOBBIO,164). Ambas visões dos filósofos clássicos apontam de forma positiva a posição do Estado frente a sociedade. Ao tratar ainda do Estado, Francis Fukuyama, em entrevista cedida à revista *Veja* em 2004 falou da importância das instituições que fazem parte desse estado “é a criação das instituições que compõem um Estado que tornam possível governar de maneira transparente e limpa. E, além disso, a montagem dos elementos que façam valer as leis e as decisões tomadas pela comunidade política” (FUKUAYAMA, 2004). Engles resumiu a visão do Estado assim:

O Estado não é, de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é “a realidade da idéia moral”, “a imagem e a realidade da razão” como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania / Universidade Católica do Salvador – UCSal. E-mail: laryjournalis@hotmail.com

antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não se destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-los nos limites da ordem; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela, e progressivamente, alienando-se dela, é o Estado. (ENGELS apud HARVEY, 2005, 79)

Marx nunca dedicou uma obra específica onde explicita o papel do Estado perante a estrutura social, mas essas definições podem ser encontradas em diversos dos seus trabalhos de forma pontual. Inicialmente o filósofo ao tratar do Estado refuta as idéias de Hegel (idealismo filosófico) e defende essa instituição como uma forma de expressão ativa e consciente da atual estrutura social. Tal ideologia Marxista é considerada como uma visão materialista do Estado, idéia ampliada para uma compreensão de um Estado tido como independente. Marx entende que há uma contradição entre os interesses individuais e coletivos e que tal contradição está baseada na estrutura social de divisão de classes, essa diferença, pautada pela divisão do trabalho é que vai gerar os conflitos sociais e as classes dominantes. Dessa forma, é possível entender que a origem do Estado está nessa contradição entre os interesses individuais e coletivos, é preciso que se assuma a independência dessa instituição para que os bens coletivos sejam levados em conta. Ao tratar dessas formas de dominação o autor David Harvey cita Marx e Engels (1970) e afirma:

da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento da sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação. Esses diversos instrumentos de dominação- em particular, a lei, o poder de tributação e o poder de coação- podem ser transformados, pela luta política, em instrumentos para dominação de classe. (HARVEY, 2005, 80)

David Harvey (2005) cita em, *A produção Capitalista do Espaço*, Marx em *O Capital*; onde o filósofo afirma que a desigualdade e a falta de liberdade são conseqüências de um processo histórico no qual a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção, e que esse é um grande paradoxo, levando em conta que o sistema capitalista se baseia na troca de mercadorias com foco na liberdade e igualdade. Fukuyama ainda na sua entrevista a *Revista Veja* (2004) quando fala em democracia e liberdade afirma que estes:

“são valores potencialmente universais. O que não significa que seja possível aplicá-los em qualquer país, em qualquer época. Isso requer o desenvolvimento de hábitos e instituições básicas. É preciso desenvolver uma nova arte: a de construir Estados e nações. Essa é a chave para o desenvolvimento econômico de regiões pobres e para a manutenção da ordem mundial”

A importância em se tratar inicialmente do Estado está no fato de que este é uma entidade que representa a sociedade e que tem como responsabilidade a garantia da Justiça Social. Dessa forma, quanto maior for a economia do mercado, mais o Estado deve intervir atuando como mediador das relações sociais. É importante deixar claro que essa relação é feita através do Direito, quando é transformada em contratos com forma de mercadoria. Essa transformação se chama “jurisdificação”.

Levando em conta que o Estado é mediador da sociedade, é importante deixar um espaço para dizer que essas relações envolvem um tema central definidor das classes sociais: o trabalho. O mundo do trabalho passou por diversas transformações economicamente falando, entre os séculos XIX e XX. Essas mudanças envolveram algumas fases como: o funcionamento do mercado em um regime mais liberal; a trajetória da classe operária e os impactos relacionados à inovação tecnológica e a reorganização produtiva. O capitalismo modificou as dinâmicas do mundo do trabalho e a ordem social. Existem duas relações que constroem esse sistema capitalista: o domínio do capital sobre o trabalho e a disputa pelo controle dos mercados, ou seja, a relação de concorrência. Baseado no entendimento dessas duas relações é possível dizer de que forma o processo de acumulação do capital reproduz ainda mais as estruturas econômicas e faz com que sejam introduzidas uma série de inovações tecnológicas e organizacionais que, modificam, em longo prazo, a própria sociedade. Com isso, a medida que o padrão de acumulação do capital se fortalece, com foco na expansão industrial, encontra-se uma realidade de um novo mundo do trabalho.

A acumulação, fator presente na dinâmica capitalista, provoca uma série de interrupções quando se fala em crescimento econômico. Atualmente a crise é resultado dessa grande acumulação do capital e uma das razões mais significativas está na tendência para a baixa da taxa geral de lucro.

A sociedade para desenvolver-se precisa da garantia na produção de bens e serviços. Tal produção e mais precisamente, esse funcionamento do organismo social, requer força de trabalhos disponíveis e organizadas de forma que evoluam de acordo com os diversos ramos da atividade econômica. No plano socialista, essa distribuição seria feita de modo constante com o objetivo de satisfazer as necessidades e desejos da população. Já no capitalismo, a distribuição é resultado das decisões das empresas com o objetivo maior de obter lucro para seus donos, dessa forma, é possível afirmar que no sistema capitalista o que regula a distribuição do trabalho e dos recursos materiais e a chamada *lei do valor*.

De forma histórica a origem de todos os sobreprodutos sociais está explicada quando o trabalhador começa a trabalhar mais tempo para assegurar sua sobrevivência. Esses produtos são apropriados de forma privada por determinados grupos em detrimento de outros e constituem as sociedades de classe. A diferença entre o valor criado pelo esforço do trabalhador e o valor financeiro através do salário, chama-se mais-valia, e esta é a fonte dos lucros capitalistas. Toda essa lógica capitalista pode ser explicada através da teoria marxiana, que afirma que “a transformação do dinheiro, de um meio de circulação, para um fim em si mesmo. [faz parte de] Um ritual da modernidade que mantém a sociedade sem consciência da sua própria realidade (fetiche do capital) e em conformidade com as regras paradoxais do sistema produtor de mercadorias” (CAVALCANTI & SILVA, 2011, 129)

O capitalismo gerou uma mudança significativa, não apenas no mundo do trabalho, mas também, quando se fala do papel do indivíduo na sociedade. O sujeito que antes era agente transformador nas relações sociais e do mercado, passou a ser espectador da valorização do capital, ou seja, se transformou em mercadoria. Essa sociedade foi tratada por Guy Debord (1931-1994) como “sociedade do espetáculo” por sua relação direta com as categorias da modernização capitalista: a teoria do valor, a mercadoria, o dinheiro e o fetichismo. Agora o *ter* se sobrepunha ao *ser*, e o que define os rumos da sociedade são as condições do mercado. Essas transformações estão diretamente ligadas às mudanças no trabalho e na produção.

Historicamente foi o desenvolvimento da força de trabalho que constituiu e modificou as condições de existência dos grupos sociais, o setor da mercadoria criou uma espécie de excedente de sobrevivência. Levando em conta que a produção de mercadorias implica na troca de diferentes produtos entre diferentes produtores, e possível dizer que esse sistema de troca ficou por muito tempo funcionando quase que artesanalmente, mas no momento que encontrou condições sociais para um comércio massificado e de acumulação dos capitais essa realidade mudou. Toda a economia tornou-se um grande processo de desenvolvimento quantitativo. Com isso, houve a dominação da mercadoria sobre a economia, esse processo foi lento e passou quase que despercebido. Hoje a mercadoria está como base da vida social, depois da Revolução Industrial o que se tem é uma divisão do trabalho e uma produção maciça para o mercado, e a mercadoria ocupando efetivamente a vida social. Guy Debord afirma que é nesse momento que o espetáculo chega, “o espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação da vida social. Tudo isso é perfeitamente visível com relação à mercadoria, pois nada mais se vê senão ela: o mundo visível é o seu mundo” (DEBORD, 1931-1994, 31). As relações de poder que a valorização da mercadoria podem trazer, fazem Debord retomar de forma crítica o pensamento marxiano, quando trata da teoria da alienação

Isto porque, o espetáculo substitui, ou melhor, é o herdeiro da religião ao utilizar as relações de poder para subordinar à sociedade elementos de seu interesse através das imagens. Em efeito, produz uma socialização externa, dependente de um elemento abstracto que deixa de ser um meio para ser seu próprio fim: o dinheiro. (CAVALCANTI & SILVA, 2011, 134)

Na visão de Debord, o poder das imagens faz com que a sociedade viva uma espécie de auto-alienação das suas obrigações como cidadãos. Ele explica que no momento que se cria representações da realidade qualquer possibilidade de diálogo entre Estado e Mercado é condenada. Essa alienação vivida pela sociedade pode ser percebida em diversos âmbitos como, por exemplo, nos meios de comunicação. A sociedade induzida pelos meios de massa supervalorizam os bens de consumo disseminados a todo tempo.

Ao tratar de meios de comunicação como mediadores dos desejos humanos, é importante destacar a *Internet*, um meio mais atual que veio como consequência da globalização. Em *Perdedores Globais* Kurz define que “a palavra de ordem hoje é globalização, globalização dos mercados, do dinheiro, do trabalho” (1997). Inicialmente temida por muitos estudiosos, por acharem que sua chegada excluiria meios já existentes, a *Internet* e seus instrumentos, atingem atualmente milhares de pessoas, e alcançou sucesso rápido por suas características como o fácil acesso, o maior intercâmbio de informação e a interatividade. Uma nova forma de se comunicar, essa foi a grande transformação que o advento da *Internet* trouxe para a sociedade.

No campo acadêmico e suas variações, encontra-se a comunicação. Um termo que estuda os processos comunicacionais midiáticos e humanos. É pela comunicação que se oferece todo o intercâmbio de informações entre sujeitos e pessoas, em um processo que envolve a troca de conteúdos e as diversas maneiras de comunicar, como a conversa face a face e a comunicação gestual. Num estudo bastante amplo, como todos desse processo, da comunicação, sua aplicação é ainda maior. Hoje, é importante pensar na comunicação integrada aos seus novos processos que envolvem, por exemplo, os sistemas híbridos de linguagem midiática e as redes colaborativas.

Comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em um duplo sentido: reconheçam seu direito a viver e pensar diferente, e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios (MARTÍN-BARBERO, 2003, 63).

O processo de comunicação envolve o emissor, que é aquele que cria a mensagem e a coloca em circulação e o receptor, que, além de receber, interpreta determinada mensagem. Levando em conta as transformações nos processos comunicacionais, que antes eram face a face, é importante dizer que hoje estes são mediados através dos meios de comunicação. O papel desse meio tem sido significativo se for levado em conta à situação que o Brasil vive quando se trata de movimentos sociais. As redes sociais, instrumento da *Internet*, tiveram participação fundamental nesse processo. Para entender a definição de redes sociais Raquel Recuero afirma:

Rede social é gente, é interação, é troca social. É um grupo de pessoas, compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede. Os nós da rede representam cada indivíduo e suas conexões, os laços sociais que compõem os grupos. Esses laços são ampliados, complexificados e modificados a cada nova pessoa que conhecemos e interagimos. (RECUERO, 2009,29)

Como consequência do capitalismo, da valorização da mercadoria e da má distribuição de trabalho e renda, a sociedade começa a demonstrar sinais de insatisfação. Desde a Revolução Industrial, com os movimentos sindicais, as pessoas começaram a entender-se a partir da sua capacidade de organização. Com a introdução de novas idéias dos direitos sociais, econômicos e culturais e a introdução da prática da democracia participativa como condição da democracia representativa a ser efetivada pelos partidos políticos, a sociedade foi motivada a iniciar os chamados movimentos populares ou sociais no Brasil.

No início eram poucos, que ao se juntar, ganharam força e formaram centenas de pessoas em busca de objetivos em comum: Desfrutar da cidadania, ter acesso igualitário e reivindicar direitos. Tudo começou a partir das redes sociais na *Internet*, esse espaço foi escolhido por ser um meio onde as pessoas estão longe do controle social que muitas vezes os governos exercem, até mesmo diante dos meios mais tradicionais, nesse espaço todos podem participar com autonomia. Quando assuntos e interesses em comum foram compartilhados, os grupos, empresas e organizações se uniram a favor dessa minoria. Nesse espaço, teoricamente mais seguro da violência física, jovens passaram a discutir, lutar e reivindicar seus direitos.

De forma viral essas movimentações populares foram disseminadas. Com um foco voltado para o social, essas idéias se espalharam com a rápida difusão que esse meio proporciona. O objetivo foi lutar pelos direitos e pela democracia. Nos últimos anos, quando os movimentos ganharam força no Brasil, essa foi a realidade vista. Nesse momento, cada cidadão interage em seu ambiente e se conecta a novas redes. Essas redes são feitas através do simples ato de se comunicar. O processo de troca e compartilhamento de informação é denominado comunicação. Para uma parcela da sociedade, estar incluso à esse processo é produzir significado, mas é importante deixar claro que, além da comunicação interpessoal, essa mediada, existe as relações e ações sociais.

Se for levada em conta a historicidade de todo esse processo, desde a inserção do meio até sua instrumentalidade, é importante lembrar que os movimentos sociais dependiam de mecanismos de comunicação específicos. Hoje com as redes digitais esse processo é muito mais rápido e interativo e a forma de difusão das informações é mais autônoma. É preciso atentar-se para o fato de que as redes sociais mobilizam as pessoas para que elas saiam da virtualidade e ocupem o espaço público. Grande parte das mobilizações aconteceram através do *Facebook*, rede social bem conhecida que vem sendo usada por grupos que querem disseminar novas idéias mas que acabam não sendo aceitos nos meios tradicionais.

Quando se fala em quais foram as motivações para diversos protestos no Brasil, é necessário deixar claro, que essas foram diversas, mas que há alguns temas centrais que permeiam todas as discussões. Buscar uma democracia que seja mais justa, direitos à cidadania e acesso aos direitos fundamentais, são alguns deles. As utilizações das redes foram de certa forma, uma abertura para uma nova realidade da comunicação, onde a sociedade tem espaço garantido para expor seus pontos de vista sem retaliação.

A sociedade mostra sinais de cansaço, quando se trata do sistema de interesses políticos que atua no país tendo como um dos principais aliados os meios de comunicação. Tais ações sociais abriram espaço para uma discussão que aborda a participação da sociedade na democratização. Em uma época em que se vive esse processo globalizado e seus reflexos, é possível observar a sociedade de forma ativa na busca dos direitos fundamentais, de melhores condições de vida e do pleno exercício da cidadania.

Para compreender a cidadania como um tema é preciso entender que ainda não existe uma aplicação conceitual única, não que há um consenso, já que esse conceito ainda está em formação. De origem do latim *civitas* a palavra cidadão tem relação com liberdade e igualdade, vínculo que perdura até a atualidade. Apesar do filósofo Aristóteles ter passado por algumas definições, a origem de cidadania está situada mais profundamente em Roma. Historicamente o conceito ganhou associação a política porque com o tempo serviu para garantir os direitos de todos os habitantes do Império Romano. Ainda na sua formação histórica o termo ganhou ainda mais relevância na Grécia quando a passagem para a modernidade conferiu uma nova idéia que estipulava um contrato firmado entre cidadãos e o estado. Esse novo mundo moderno, porém contou com algumas dificuldades devido ao fato do surgimento dos direitos humanos na mesma fase, nessa época o homem passa a ser considerado igual em termos de direitos, desde seu nascimento, independente de suas propriedades.

Se tratando do cenário brasileiro, a questão social começou a fazer parte do debate público mais efetivamente entre os anos de 1930 e 1945, no governo de Getúlio Vargas. O autor José Murilo de Carvalho (2001, 123) chama essa época de “era dos direitos sociais”. Para contextualizar a política no Brasil após 1930 o autor reforça:

O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa, a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A seguir, veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho. A partir desse

forte impulso, a legislação social não parou de ampliar seu alcance, apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação. Os direitos políticos tiveram evolução mais complexa. O país entrou em fase de instabilidade, alternando-se ditaduras e regimes democráticos. A fase propriamente revolucionária durou até 1934, quando a assembléia constituinte votou nova Constituição e elegeu Vargas presidente. Em 1937, o golpe de Vargas, apoiado pelos militares, inaugurou um período ditatorial que durou até 1945. (2001, 87)

O avanço da modernidade marcada pelo forte capitalismo fez com que a cidadania fosse cada dia mais agregada na rotina política e social e foi então que iniciaram os movimentos das minorias, por volta de 1970 em todo o mundo. O ano de 1970 foi marcado no Brasil por um movimento que questionou esses modelos de cidadania até então operantes. Movimentos estes, representados pelas minorias: LGBT`S, movimento feminista, negro e ambiental e que tiveram grande representação histórica.

Dessa forma, entende-se como cidadania um conceito que envolve sobretudo, suas diversas aplicações, ou seja, para definir de forma mais consensual é preciso levar em conta sua evolução histórica, mudanças e sobretudo uma configuração da atualidade. Apesar de algumas diferenças entre um conceito e o outro, ser cidadão é fazer parte de um Estado e ser detentor de direitos e deveres. É comum confundir a história da cidadania com a luta pelos direitos humanos já que estes estão interligados. O cidadão também tem o dever de buscar maior liberdade, de não se conformar com a força exercida pelo capital, mas estar sempre em busca de melhores condições

Essa convocação atual feita através das redes sociais derruba o monopólio dos meios de massa, mas é preciso levar em conta alguns problemas no uso das redes: Primeiro por que esse meio pode ser indiferenciado, ou seja, pode apresentar desde espetáculo até a causa da tarifa do transporte público, por exemplo. Segundo por que a *Internet* pode apresentar uma espécie de dimensão é mágica, dessa forma, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer. Além do fato de não haver nenhum tipo de controle real sobre o instrumento, essa chamada “magia” repõe um dos recursos mais profundos da sociedade de consumo difundida pelos meios de comunicação, qual seja, a idéia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação. Mesmo com a utilização das redes sociais e da própria crítica aos meios de comunicação muitos manifestantes acabaram aderindo uma mensagem ideológica difundida anos a fio pelos meios de comunicação de que os partidos são corruptos por essência, com isso, junto aos movimentos existentes se reproduziu o discurso sobre ética na política e se falou muito sobre a necessidade de práticas inovadoras. Essa convocação através das redes sociais transformou o movimento em um movimento de massas.

Esse é um novo cenário vivido, composto dos meios de massa tradicionais e de ambientes digitais, que possibilita uma nova forma de comunicação chamada por Castells (2013) de “autocomunicação de massas”. Esse autor ao explicar esse termo diz que considerar de massas significa dizer que o meio pode alcançar, milhões de pessoas, não exatamente ao mesmo tempo, mas uma rede se conecta a muitas outras que acaba chegando em todo mundo. O prefixo “auto” ainda é explicado pela característica de autonomia na emissão, criação e recepção das mensagens. Dessa forma, é possível dizer que a capacidade de encontrar informações não tem limite e que os critérios de busca deixam de ser tecnológicos e passam a ser intelectuais e

mentais. Em *Redes de Indignação e Esperança*, Castells (2013) defende que apesar destes movimentos terem começado na *Internet* eles não são essencialmente digitais, de forma que apenas se tornaram visíveis quando passaram a existir nas ruas.

Em São Paulo, por exemplo, nas décadas de 1970 a 1990, as organizações de classe (sindicatos, associações e entidades) e os movimentos sociais tiveram papel político decisivo na implantação da democracia no Brasil. E na busca por direitos e liberdade. Uma democracia participativa começou a ser utilizada no lugar das democracias representativas. Ao tratar de democracia e de controle Deleuze (DELEUZE apud TOTORA 2006, 239), fala sobre uma crise dos dispositivos de poder disciplinares, nessa sociedade disciplinar, as forças produtivas são controladas, numa espécie de adestramento. Onde a força de trabalho é controlada pelas organizações privadas e pelo capital. No capitalismo após a Revolução Industrial, os homens são parte importante dessa evolução tecnológica. Essa sociedade vive um controle exercido pelo capital, e pautado no consumo e nos fluxos financeiros, onde o trabalho tem como único o objetivo de produzir, vender e gerar lucros.

Para Deleuze (1992, 2), a diferença marcante é que nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada. O autor divide as sociedades disciplinares em dois pólos: a assinatura que indica o indivíduo, e o número de matrícula que indica sua posição numa massa. Já nas sociedades de controle, o essencial não é mais a assinatura e nem o número, mas uma cifra, ou seja, um tipo de senha, os indivíduos se tornam divisíveis e as massas apenas uma amostra. O autor define que o dinheiro pode talvez mostrar de melhor forma a diferença entre essas duas sociedades. Já que a disciplina esteve sempre ligada a moedas de ouro, de forma que o controle esta relacionado a trocas flutuantes.

Para compreender melhor a diferenças entre essas sociedades o autor as relaciona com três tipos de máquina: As antigas sociedades de soberania trabalhavam com máquinas simples, manuais, como alavancas, roldonas e relógios. Nas sociedades disciplinares os equipamentos tinham uma característica mais energética, com perigos relacionados à desordem, imprevisibilidade e a possível sabotagem. E as sociedades de controle, operam com máquinas de um terceiro tipo, máquinas de informática e computadores, cujo perigo de forma passiva é a interferência e de forma ativa é a pirataria e a introdução de vírus.

O autor apresentou alguns mecanismos de controle da sociedade através da diferenciação dos tipos de sociedade de acordo com o contexto histórico. Esse controle está presente em diversos meios sociais que ele definiu no texto como espaço de “confinamento”, a escola, o hospital, a empresa e a própria prisão. Com isso é possível exemplificar com a sociedade atual, que vive sobre o controle do mercado, do capital e dos próprios meios de comunicação.

Não se pode falar em capital sem citar David Harvey e sua obra *O Enigma do Capital*, Para Harvey, o capital se movimenta em busca do lucro (2011, 103) através de sete esferas: Tecnologia e formas de organização; Processos de produção e de trabalho; Arranjos institucionais e administrativos; Reprodução da vida cotidiana e da própria espécie; Relações com a natureza; Relações sociais; e Concepções mentais. É importante deixar claro que assim como o próprio Harvey afirma, “nenhuma das esferas é dominante, e nenhuma é independente das outras. Mas também nenhuma delas é determinada nem mesmo coletivamente pelas outras. Cada esfera evolui por conta própria, mas sempre em interação dinâmica com as outras”. (HARVEY, 2011, 103)

Na verdade a crise que se vive ainda é grande e existe há certo tempo. Será que ela é eterna ou passará? O fato é que precisa-se que haja grandes mudanças na organização econômica, intitucional e social. Mas qual a efetividade desses movimentos sociais? Uma reforma política, ideológica? Qual papel do Estado diante dessa realidade? Levando em conta que esse é um movimento de massa, ou seja, de todas as classes. A classe média sabe que ela é parte responsável desses problemas, levando em conta, por exemplo, o aumento da densidade demográfica dos bairros e a expulsão dos moradores populares para as periferias distantes e carentes em grandes metrópoles?

Ao tratar da relação da classe média com os movimentos sociais Robert Kurz explica:

Na história moderna a degradação social da juventude estudantil sempre foi fermento de erupções revolucionárias. Mas para que a partir daí ocorresse uma verdadeira revolução social teve de se criar em primeiro lugar um esboço teórico atualizado e, em segundo lugar, teve de realizar-se uma organização social abrangente, incluindo as classes mais baixas. A este respeito se mostra a completa vergonha intelectual, social e organizacional da geração Facebook. Em todos os movimentos não há vestígios de uma idéia nova e revolucionária, a classe média acadêmica comporta-se em grande parte de modo auto-referencial e sem qualquer conexão sistemática com as classes mais baixas e o encontro não vinculativo através da Internet permanece sem força organizativa no domínio social. Além de frases democráticas ocas não há mais nada. Portanto, também em lado nenhum se pode falar de uma revolução, se entender isso como mudança fundamental social e econômica e não apenas como substituição das personagens da administração da crise por outras ainda piores (KURZ, 2012)

Do ponto de vista simbólico, as manifestações tiveram um sentido importante que contrabalança os problemas aqui mencionados. Os manifestantes fizeram acima de tudo um evento político porque disseram não ao que aí está, contestando as ações dos Poderes Executivos municipais, estaduais e federal, assim como, as do Poder Legislativo nos três níveis. Muitas vezes, os problemas sociais estão atrelados a política corrupta, mas esse não é o único motivo da crise. É preciso levar em consideração a divisão social das classes, caso contrário, os manifestantes não compreenderão o campo econômico-político no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela.

Esse novo regime do capital mais flexível (HARVEY, 1994), que acabou sendo implantado no Brasil nos últimos vinte anos, foi responsável por fazer uma adaptação do país as políticas neoliberais e ao mundo globalizado, assim como, foi norteador dos desafios das classes mais populares quando se trata de configuração da identidade e das formas de organização social. Na atual realidade de desenvolvimento capitalista, que a sociedade tem vivido, junto as suas marcas com a ausência da maior parte das pessoas ao acesso dos bens sociais produzidos para uma classe definida, formando assim uma nova classe média, é importante discutir e refletir acerca dos impactos desse novo padrão que gera mais desigualdades.

De forma histórica no Brasil, a chegada do neoliberalismo trouxe mudanças significativas, principalmente quando se fala do segmento da legislação que assegura e protege o direito dos trabalhadores, o que gerou uma necessidade de reorganização em relação à questão social. No mundo do trabalho as transformações ocorridas com esse governo neoliberal estão

focadas na economia e na reestruturação produtiva, com uma maior flexibilidade, desregulamentação e relativização dos direitos do trabalhador.

O neoliberalismo e essas transformações geraram alguns problemas, tais mudanças inviabilizaram a manutenção do emprego e consolidaram o desemprego, porque o trabalhador precisava estar sujeito as regras impostas pelo mercado. A geração de trabalhadores informais também aumentou. Diante disso, é possível perceber diversas questões ligadas ao processo de acumulação capitalista, como a informalidade, o subemprego e os baixos salários. Essas transformações contemporâneas geraram uma serie de novos problemas decorrentes desse processo de acumulação, como o desemprego estrutural e a precarização.

Como consequência da falta de emprego muitos governos atuais no Brasil começam a utilizar algumas estratégias sociais, com efeitos temporários e localizados, para promover a ordem social, são as chamadas medidas assistencialistas ou compensatórias. Essas políticas de ação focalizada garantem a reprodução do sistema, para que a exploração e a dominação continuem atuando evitando o caos e mantendo a ordem social.

A gama de problemas que o Brasil passa tem repercutido de forma direta sobre os movimentos sociais, que apesar de não terem pauta definida estão ligados às políticas públicas. No contexto atual, social, político e econômico, pautado pela não utilização dos direitos fundamentais e pelo desmonte do Estado social, as consequências como a desigualdade das classes econômicas e a exclusão social, gerada por essas políticas de lógica assistencialista, têm representado grandes desafios não apenas para as classes trabalhadoras mas, para a sociedade de um modo geral.

Os movimentos sociais se tornaram objeto de estudo da sociologia a partir dos anos de 1970-1980. A autora Maria Glória Gohn trata de forma clara sobre esse tema:

O destaque inicial foi a emergência dos movimentos sociais populares urbanos, reivindicatórios de bens e equipamentos coletivos de consumo e questões ao redor da moradia, usualmente articulados territorialmente ao nível do bairro ou de uma região. Eles também tiveram papel de destaque nas frentes de luta contra o regime militar. O tempo passou, surgiram novos campos temáticos de luta que geraram novas identidades aos próprios movimentos sociais, tais como na área do meio ambiente, direitos humanos, gênero, questões étnico-raciais, religiosas, movimentos culturais etc. Alguns movimentos transformaram-se em redes de atores sociais organizados, ou fundiram-se em ONGs, ou rearticularam-se com as novas formas de associativismo que surgiram dos anos de 1990; outros entraram em crise e desapareceram; outros, ainda, foram criados com novas agendas e pautas, como as recentes manifestações antiglobalização. (GOHN, 2011,7)

As redes sociais são um instrumento fundamental para disseminar os movimentos e as insatisfações sociais que a sociedade vive atualmente. Ela trabalha com sua possibilidade de conectar redes simultâneas e em questão de segundos disseminar notícia e informações através da *Internet*. Quando se entende o Estado com seu dever atuante e como mediador das relações sociais e humanas, não se espera tantos conflitos político-sociais como se tem enfrentado atualmente. A falta de emprego e a má distribuição de renda são consequências de um processo capitalista e de acumulação do capital, que transforma a sociedade em mercadoria. O valor, no

sentido de importância na sociedade, de cada um, está atrelado ao seu poder de compra, e cada indivíduo está refém desse sistema.

Os movimentos que explodiram no Brasil principalmente nos últimos três anos são prova da insatisfação da sociedade que tem que lidar todos os dias com a falta. Falta de emprego, de saúde e de educação. Os direitos fundamentais garantidos pela Constituição de 1988, não foram implantados. E o que se pode observar é a carência de tudo. Quando o povo vai para a rua é porque não há outra forma de pedir pela garantia desses direitos.

Os gritos que foram ouvidos em todas essas manifestações, eram por cidadania e igualdade. O Brasil não pode mais viver das lógicas focalizadas, entendendo-as como uma espécie de favor que o Governo oferece. É preciso viver além de uma reforma política, uma reforma ideológica, onde cada cidadão se reconheça como dono dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Unb, Ed.10.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Ed.Zahar, 2013.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro & SILVA, Antonio Carlos da. **Crise Global: Reflexões sobre a Sociedade do Espetáculo ao Ritmo do Capital**, 2011.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Rio de Janeiro Ed.34. 1992.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HARVEY, David. **A teoria marxista do Estado**. In: A produção capitalista de espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KURZ, Robert. **Não há Revolução em lado nenhum**. Pela redação da EXIT. Janeiro de 2012. Disponível em: http://o_beco.planetaclix.pt/rkurz400.htm.

KURZ, Robert. **Perdedores Globais**. Os últimos combates . Petrópolis, Vozes, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHELP, Diogo. **A História acabou, sim (Entrevista: Francis Fukuyama)**. Revista *Veja*, edição 1880, 17/11/2004

TOTORA, Silvana. **Democracia e sociedade de controle**. Ed. Verve, 2006.